

SELEÇÃO DE TIMES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: DO PANÓPTICO DA QUADRA À MICROFÍSICA DA ESCOLHA

TEAM SELECTION IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES: FROM THE COURT PANOPTICON TO THE MICROPHYSICS OF CHOICE 

SELECCIÓN DE EQUIPOS EN LAS CLASES DE EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: DEL PANÓPTICO DE LA CANCHA A LA MICROFÍSICA DE LA ELECCIÓN 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.153502>

 **Andréa de Oliveira Barra*** <andrea@cefetmg.br>

 **Rubens Antonio Gurgel Vieira**** <rubensgurgel@ufla.br>

 **Kleber Tüxen Carneiro**** <kleber2910@gmail.com>

* Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Belo Horizonte, MG, Brasil.

** Universidade Federal de Lavras (UFLA). Lavras, MG, Brasil.

Resumo: O artigo perscruta a seleção de times nas aulas de Educação Física Escolar como prática pedagógica ordinária que opera enquanto dispositivo de normalização e produção de subjetividades. Fundamentado na analítica foucaultiana do poder, o estudo assume caráter ensaístico e qualitativo, mobilizando observações sistematizadas oriundas de experiências formativas em um curso de licenciatura em Educação Física. Argumenta-se que a escolha de equipes, amiúde tratada como procedimento técnico neutro, atua como tecnologia capilar de governo dos corpos, instituindo hierarquias, regimes de visibilidade e processos de exclusão simbólica. Os resultados das reflexões indicam que essa dinâmica reforça desigualdades de gênero, classe e capital motor, naturalizando performances obrigatórias e produzindo tanto corpos dóceis quanto resistências micropolíticas. Conclui-se que tornar visível esse dispositivo constitui condição precípua para disputar o sentido pedagógico da aula, ampliando as possibilidades de reflexão crítica e de reinvenção das práticas corporais no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Física. Ensino. Biopolítica. Poder.

Recebido em: 12 fev. 2026
Aprovado em: 9 mai. 2026
Publicado em: 5 ago. 2026



Este é um artigo publicado sob a licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar, na exegese de componente curricular imprescindível à apropriação, à experimentação e ao tensionamento da cultura corporal, consolidou-se, no transcurso das últimas décadas, como um *locus* formativo de interlocuções críticas. Sob esse prisma, o corpo transcende a mera facticidade biológica, configurando-se como um constructo sociocultural perpassado por saberes heterogêneos, pelas alteridades e pelas intrincadas tramas de poder que subjazem à práxis pedagógica (Bracht, 1999; Daolio, 1995; Neira, 2011).

Consistentes investigações têm se dedicado ao escrutínio dos efeitos do esportivismo (Vieira; Carneiro; Scaglia, 2025), à hegemonia do rendimento (Carneiro, *et al.*, 2025) e às assimetrias de gênero, raça e classe, bem como aos processos de exclusão simbólica recorrentes no cotidiano escolar (Goellner, 2003; Altmann, 2015). Contudo, a despeito dessa robusta sedimentação teórica, certas práticas consuetudinárias e naturalizadas permanecem à margem de uma análise sistemática, sendo frequentemente obscurecidas sob a chancela de procedimentos pretensamente neutros ou meramente organizacionais.

As aulas de Educação Física escolar configuram-se como um espaço polissêmico, amalgamado pela intersecção de múltiplos vetores: a densidade das práticas corporais, a alteridade nas relações intersubjetivas, as intencionalidades da intervenção docente, as contingências materiais e as tradições pedagógicas que balizam o campo. Nesse dinamismo, a seleção das atividades, a logística dos recursos, a apropriação espacial, a arquitetura dos agrupamentos e a mediação das interações operam como dispositivos que engendram o cotidiano da disciplina (Foucault, 1979). Trata-se de um ambiente em que corpo, movimento e cultura se entretecem, engendrando modos de participação, formas de olhar o outro e maneiras de subjetivação.

Dentre as práticas basilares que estruturam esse cotidiano, destaca-se a dinâmica de seleção e composição de equipes – operação que envolve o escrutínio sobre quem detém a prerrogativa da escolha, quais critérios axiológicos a fundamentam e quais efeitos subjetivos ela produz. Trata-se de uma cena ritualística recorrente nas aulas de Educação Física em território nacional, compartilhada por sucessivas gerações de discentes e docentes, perpassando distintos contextos regionais, institucionais e matizes pedagógicos. Não obstante, conquanto seja amiúde citada de forma periférica em relatos pedagógicos e pesquisas – ora como variável em prospecções sobre participação, ora em discussões tangenciais relativas à exclusão e/ou relações de gênero (Altmann; Ayoub; Amaral, 2011; Gomes; Moreno; Altmann, 2012) –, a seleção de equipes raramente foi erigida à condição de objeto analítico autônomo. Semelhante negligência obscurece a potência desse dispositivo em desvelar os mecanismos pelos quais a Educação Física produz hierarquias corporais, regula condutas por meio de uma anatomopolítica e institui formas idiossincráticas de pertencimento e exclusão.

A despeito de sua onipresença no cotidiano da Educação Física escolar, a separação de equipes permanece escassamente problematizada enquanto objeto

analítico autônomo, surgindo, em geral, de modo tangencial em debates mais amplos sobre participação, conflitos ou organização didática. Protegida por uma aparência de pragmatismo e neutralidade, essa prática tende a escapar ao escrutínio de sua lógica interna, de seus critérios tácitos e de suas implicações formativas de longo alcance, mesmo quando seus efeitos são empiricamente reconhecidos pelos sujeitos envolvidos. Sob uma perspectiva crítica, contudo, a composição de equipes ultrapassa a condição de recurso técnico-organizacional para configurar-se como um cronotopo privilegiado de exposição e estratificação dos corpos, no qual determinadas performances e identidades são legitimadas, enquanto outras são desqualificadas ou invisibilizadas. Nesse sentido, a Educação Física escolar revela-se como um campo de tensionamentos simbólicos, no qual a divisão de grupos não apenas reflete desigualdades preexistentes, mas atua ativamente na produção e cristalização de hierarquias corporais ao longo dos processos de escolarização.

Frente a essa problemática, o texto em tela propõe uma reflexão que lance luz sobre um gesto pedagógico sobejamente sedimentado na cultura escolar da Educação Física. As exegeses que sustentam este ensaio teórico-analítico derivam, em parte, de vivências e observações sistematizadas no âmbito da disciplina Pedagogia da Educação Física e do Esporte, em uma instituição pública mineira, notadamente a partir dos 'Laboratórios de Experiências Formativas'. Nesses dispositivos, nos quais licenciandos protagonizam a regência de aulas em simulacros da realidade escolar, a segmentação de grupos emergiu como um nódulo de tensão recorrente. A dinâmica revelou-se capaz de deflagrar constrangimentos, dissensos, silenciamentos e processos de subjetivação, impactando não apenas o corpo discente, mas também a arquitetura do trabalho pedagógico e as frestas de mediação docente – fenômeno consubstanciado por investigações que versam sobre a complexidade da docência frente à heterogeneidade na Educação Física escolar (Gomes; Moreno; Altmann, 2012).

Sob esse prisma, o presente artigo propõe um deslocamento analítico a respeito da seleção de equipes, compreendendo-a não como um mero pormenor pragmático, mas como uma práxis imbuída de intencionalidades, efeitos e implicações ético-políticas. Ao adotar uma abordagem ensaística, busca-se perscrutar como essa dinâmica opera na categoria de um dispositivo que articula saberes, normatividades, afetividades e relações de poder (Foucault, 1979) no interior das aulas de Educação Física, urdindo modos específicos de subjetivação e participação. A análise incide, sobretudo, sobre as práticas docentes da Educação Física no Ensino Fundamental e Médio, contextos nos quais a organização das aulas tende a articular-se, prioritariamente, a dinâmicas esportivizadas e a referenciais vinculados ao rendimento.

2 PODER, DISPOSITIVO E SUBJETIVAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Para apreender a segmentação de equipes além de sua superficialidade técnica, impõe-se um referencial que problematize as práticas ordinárias como instâncias produtoras de saberes e subjetividades. Nessa esteira, o aporte de Foucault

(1979) oferece um instrumental profícuo para transladar o olhar das macroestruturas aos mecanismos capilares pelos quais o poder se imiscui no cotidiano escolar. Na analítica foucaultiana, o poder não é um atributo de posse, mas uma rede reticular de relações que perpassa corpos e discursos. Trata-se de uma potência produtiva que, prescindindo da mera interdição, forja verdades e constitui sujeitos. Na Educação Física, essa força incide de modo visceral sobre os corpos, regulando gestos, espacialidades e regimes legítimos de participação.

A categoria de dispositivo assume centralidade heurística nesta análise. Na acepção foucaultiana, o conceito designa uma rede multilinear de elementos – discursos, normatividades, arquiteturas e relações de força – articulados estrategicamente em torno de efeitos de poder e saber (Foucault, 1979, 1987). Apreender uma prática pedagógica enquanto dispositivo implica descortiná-la não como um ato atomizado ou neutro, senão como componente de uma engrenagem biopolítica¹ que agencia sentidos, regula condutas e orienta processos de subjetivação.

Ao transpor essa perspectiva para a Educação Física escolar, torna-se exequível identificar que condutas reificadas – a exemplo da composição de equipes – transcendem a funcionalidade técnica, configurando-se como cronotopos de estratificação e visibilização dos corpos. Referida leitura converge com a crítica consolidada na área à hegemonia do esporte de rendimento como matriz organizadora das aulas, dinâmica que privilegia performances e habilidades específicas em detrimento de outras (Bracht, 1999; Daolio, 1995).

Essa lógica de normalização ressoa em investigações que indicam como a primazia do desempenho e da destreza motora fomenta desigualdades simbólicas, estruturando uma pedagogia excludente. Referidas análises críticas evidenciam a natureza prescritiva de citadas práticas no currículo vivido (Goellner, 2003; Neira, 2011; Vieira, 2020, 2022). O diferencial da analítica foucaultiana reside em depreender que essas disparidades não constituem meros epifenômenos de um modelo pedagógico; configuram-se como desdobramentos de estratégias que ensinam, silenciosamente, os parâmetros de normalidade, alteridade e legitimidade no âmago da cultura corporal escolar.

Discentes recorrentemente subalternizados na dinâmica das aulas tendem a introjetar sentimentos de inadequação, desengajamento e silenciamento, ao passo que aqueles sistematicamente valorizados são instigados a naturalizar sua posição de privilégio (Altmann, 2015; Gomes; Moreno; Altmann, 2012). Sob a ótica foucaultiana, referidos processos revelam-se como formas de governamentalidade; isto é, táticas pelas quais os sujeitos passam a se autogerir, justificando as próprias experiências mediante a uma lógica de mérito, déficit ou inaptidão, prescindindo do questionamento das estruturas produtoras de tais assimetrias. O desfecho recorrente

¹ Biopolítica refere-se ao conjunto de estratégias, técnicas e racionalidades por meio das quais o poder moderno passa a gerir a vida das populações, incidindo sobre os corpos, os comportamentos, a saúde, a sexualidade e os modos de existir. Diferentemente do poder soberano, centrado no direito de “fazer morrer”, a biopolítica opera pela administração da vida, produzindo normas, classificações e hierarquias que regulam quem deve viver, como viver e em que condições, atuando de forma capilar e produtiva no cotidiano das instituições, entre elas a escola (Foucault, 1979, 1988).

é a cristalização de um arquétipo na Educação Física escolar que hierarquiza o corpo discente com base no desempenho atlético – contexto cujo estopim reside, primordialmente, na seleção das equipes.

Nesta ótica, o componente curricular configura-se como campo de elevada permeabilidade às tecnologias de poder. Ao operar sobre a corporeidade em movimento, a disciplina desvela disparidades comumente camufladas em componentes de matiz estritamente teórico. Neira (2011) adverte que o currículo da área engendra regimes de visibilidade delimitadores da legitimidade do agir e do dizer no espaço pedagógico. A formação das equipes institui-se, portanto, como marco analítico fundamental. Periodicamente negligenciada enquanto estratégia neutra – voltada, primordialmente, à pragmática esportiva –, a supracitada prática revela-se atravessada por axiologias circulantes no tecido social. A arquitetura dos grupos, seja por escrutínio discente ou sistemas pautados no desempenho, exterioriza hierarquias corporais, segregando níveis de destreza e produzindo subjetividades vinculadas ao êxito ou à exclusão.

Ao articular o referencial foucaultiano à produção crítica da Educação Física, o presente esforço analítico abdica da transposição acrítica de categorias; antes, mobiliza-as como ferramentas operacionais para descortinar dinâmicas que, no cotidiano escolar, tendem à invisibilidade. Perscrutar a formação de equipes enquanto dispositivo pedagógico de normalização permite deslocar o debate da esfera moral – restrita ao binarismo do ‘correto’ ou ‘equivocado’ – para o campo político-pedagógico. Esse deslocamento interroga os efeitos que tal prática produz sobre os corpos, as relações e as formas de engajamento nas aulas.

3 CAMINHO HEURÍSTICO

Este ensaio teórico-analítico assume um caráter qualitativo orientado pela perspectiva arqueogenealógica de matriz foucaultiana, fundamentando-se na premissa de que práticas ordinárias do cotidiano escolar operam enquanto dispositivos articuladores de saberes, normas e relações de força (Foucault, 1979, 1987). Ao prescindir de um *corpus* empírico tradicional ou de métricas estatísticas, o estudo debruça-se sobre a recorrência de dinâmicas pedagógicas e seus respectivos efeitos na produção de subjetividades. Trata-se de um exercício de inteligibilidade voltado às condições de possibilidade dessas rotinas, interrogando sua constituição, naturalização e funcionamento enquanto regimes de verdade que incidem diretamente sobre os corpos e as condutas no cerne da instituição escolar.

As reflexões aqui desenvolvidas emergem de observações sistemáticas empreendidas na disciplina Pedagogia da Educação Física e do Esporte, ofertada semestralmente em uma instituição pública de Minas Gerais durante o biênio 2024-2025. O foco recaiu sobre os 'Laboratórios de Experiências Formativas', cenários de docência simulada cuja dinâmica permitiu o exame de cenas recorrentes, interações e decisões didáticas aparentemente triviais – com especial ênfase à segmentação de equipes. O material empírico constituiu-se pelos registros docentes e avaliações

derivados dessas oficinas, documentos que sistematizam o planejamento, a execução das práticas e a mobilização dos conceitos trabalhados em âmbito formativo.

Estes registros decorrem de anotações sistemáticas realizadas ao longo das atividades, posteriormente revisitadas e organizadas sob a égide de recorrências, tensões e cenas significativas. O tratamento analítico prescinde de categorias apriorísticas, orientando-se pela identificação de regularidades e descontinuidades nas situações observadas, em estrita consonância com a perspectiva arqueogenealógica adotada.

A análise mobiliza cenas pedagógicas reiteradas, falas espontâneas, reações corporais, silêncios, constrangimentos e conflitos observados no itinerário formativo. Longe de categorias estáticas, esses vestígios evidenciam regularidades, descontinuidades e efeitos de poder inerentes às práticas examinadas. O diálogo estabelecido com a noção foucaultiana de 'acontecimentos' (*événements*) compreende tais fenômenos como pontos de condensação de relações de força, demandando interrogação tanto em sua singularidade quanto em sua repetição (Foucault, 1979).

O procedimento analítico central reside na problematização, compreendida, conforme Foucault (2004), como o movimento voltado a conferir visibilidade aos 'jogos de verdade' sustentadores de certas ações, além dos modos de relação consigo e com outrem daí derivados. Dentro dessa lógica, a segmentação de equipes abdica do status de erro pedagógico passível de correção para se constituir como dispositivo interrogado em seus efeitos de normalização, classificação e subjetivação.

A adesão a esse caminho heurístico distancia o ensaio de pretensões normativas ou prescritivas, vinculando-o a uma analítica do poder interessada em compreender como a Educação Física escolar, enquanto prática institucionalizada, participa da produção de corpos visíveis, comparáveis e hierarquizáveis. Referida interlocução converge com produções críticas da área dedicadas a problematizar a centralidade do rendimento, a naturalização da competição e a gênese de desigualdades simbólicas no cotidiano pedagógico (Bracht, 1999; Goellner, 2003; Neira; Nunes, 2009; Vieira, 2022).

Ressalta-se, ademais, a ausência de pretensões voltadas a generalizações, modelos de intervenção ou prescrições pedagógicas universais. Em estrita consonância com a perspectiva adotada, o esforço perscrutador empenha-se em produzir um saber crítico, vocacionado a tensionar práticas naturalizadas e a viabilizar outras formas de pensar e agir no cotidiano da Educação Física escolar.

4 A SEPARAÇÃO DE TIMES COMO DISPOSITIVO PEDAGÓGICO

A separação de equipes na Educação Física, reduzida pelo senso comum a um procedimento operacional, revela-se sob escrutínio foucaultiano como dispositivo pedagógico complexo, articulador de saberes, normas e relações de força. Dada a natureza capilar e microscópica do poder (Foucault, 1979), tal engrenagem prescinde de mandatos explícitos, disseminando-se em micropráticas aparentemente triviais. Longe de um detalhe técnico, a escolha de times configura-se como ritual disciplinar

incumbido de ensinar, silenciosamente, modos de ver, classificar e valorar os corpos no espaço escolar.

Nas vivências observadas – compreendendo a Educação Básica, a formação inicial e a atuação docente –, a composição das equipes ocorre amiúde pela escolha delegada a estudantes supostamente ‘mais habilidosos’ ou centralizada no professor. O modelo de seleção substancia a valorização de corpos alinhados aos padrões hegemônicos esportivos, caracterizados pela força, velocidade, agilidade e coordenação dos movimentos, ao passo que relega perfis divergentes à invisibilidade ou à insulação.

Sob escrutínio foucaultiano, a aparente praticidade na escolha de equipes revela uma microfísica do poder (Foucault, 1979) em que a força circula entre docentes e discentes por gestos mínimos: o ato de selecionar, a espera e o remanescente. Longe de coerções centralizadas, essa rede de relações atualiza-se no olhar hesitante, no corpo preterido e no constrangimento silencioso. A escolha, despida de neutralidade, ancora-se em critérios históricos de habilidade e valor corporal – balizadores, conforme Bracht (1999), de uma racionalidade pedagógica orientada pelo desempenho. A segmentação de equipes opera, assim, como engrenagem de atualização cotidiana do modelo esportivista e seu padrão normativo de eficiência (Carneiro *et al.*, 2025).

Os agenciamentos de escolha são atravessados por marcadores de gênero, orientação sexual, classe social e capital motor acumulado. Investigações na área (Altmann, 2015; Goellner, 2003) demonstram que meninas, estudantes LGBTQIA+ ou discentes com menor vivência esportiva ocupam posições periféricas, sobretudo em práticas vinculadas ao esporte tradicional. Longe de problematizar tais disparidades, a formação de equipes as cristaliza, ratificando a premissa silenciosa de que certos corpos ‘levam jeito’, enquanto outros estariam destinados à elisão.

Nos ‘Laboratórios de Experiências Formativas’, licenciandos regularmente relataram o não reconhecimento nos padrões corporais valorizados, aprendendo, pela repetição da cena da escolha, a ocupar lugares marginais de forma docilizada. Como a disciplina opera pela distribuição diferencial dos sujeitos no espaço (Foucault, 1987), a divisão das equipes ordena corpos e expectativas antes mesmo do início da aula. Essa preterição reiterada fomenta retraimento e passividade, levando os discentes a anteciparem a própria exclusão mediante a internalização de um julgamento pedagógico. Sob a ótica de Neira (2011), instituem-se regimes de visibilidade que prescindem de capacidades ‘naturais’ para determinar quem pode figurar e quem permanece à margem do currículo vivido.

Em contrapartida, os estudantes eleitos de imediato aprendem, no exercício do ofício de aluno, a ocupar posições de centralidade e autoridade, naturalizando a própria condição de referência corporal. Este engendramento consolida uma pedagogia da comparação, pautada na mensuração do valor do sujeito frente ao desempenho alheio, o que encontra respaldo em Daolio (1995) ao problematizar que a naturalização das diferenças obscurece os processos culturais e sociais de sua produção. Neste horizonte hermenêutico, a conformação de equipes sobrepuja

a organização da aula para instituir uma economia moral do corpo – espaço em que mérito e pertencimento são negociados, revelando uma sistemática perversa que inibe o pensamento crítico e impele o discente a voltar o julgamento contra si mesmo. Ao conformar-se a uma posição tributária, o aluno inicia um afastamento progressivo das práticas corporais, consolidando trajetórias de desengajamento que, como patenteiam Gomes, Moreno e Altmann (2012), extrapolam os limites do espaço escolar.

Aos estudantes em posições privilegiadas, a reiteração como ‘melhores’ robustece uma perspectiva meritocrática que obstaculiza a empatia e a solidariedade. Sem o convite à reflexão sobre os critérios que lhes conferem vantagem, os discentes naturalizam a hierarquia e legitimam o ordenamento que os favorece, contradizendo, como assevera Bracht (1999), os princípios de uma formação orientada à cidadania crítica. Neste panorama de controle, a conformação de equipes atua como tecnologia de governo, forjando sujeitos que assimilam, na vivência, identidades e limites no interior da aula. Ao operar de modo silencioso, referido dispositivo ensina a condescender – e até desejar – a norma, seja pela ocupação do lugar valorizado, seja pela conformidade ao corpo dispensável.

A formação de equipes nas aulas de Educação Física prescinde de neutralidade social, inscrevendo-se em um campo atravessado por marcadores que antecedem o encontro pedagógico. Essas variáveis são, na quadra, atualizadas e reinscritas nos corpos mediante práticas específicas (Vieira, 2022). Gênero, sexualidade, classe social, raça e o acesso desigual às vivências motoras constituem elementos centrais para compreender a sistemática de valorização e legitimação de determinados estudantes, em oposição ao silenciamento e à invisibilidade impostos a outros, consoante os resultados do estudo de Andrade e colaboradores (2025).

A prospecção não pretende situar a Educação Física como simples reflexo de desigualdades sociais preexistentes, mas reconhecê-la como agente ativo em sua gênese. Foucault (1979) alega que as instituições extrapolam a reprodução de relações de poder ao fabricá-las mediante práticas que classificam, distribuem e normalizam os sujeitos. A partir de tal dinâmica, a formação de equipes opera como mecanismo pedagógico de reinscrição das diferenças sociais nos corpos, atribuindo-lhes sentidos específicos no interior da cultura escolar (Neira; Nunes, 2009).

As vivências observadas nos ‘Laboratórios de Experiências Formativas’ evidenciaram que discentes distantes dos padrões corporais hegemônicos – a exemplo de meninas no futebol, estudantes LGBTQIA+ alheios à lógica competitiva ou alunos de classes populares com restrito cabedal motor prévio – eram amiúde marginalizados nas dinâmicas centrais da aula. Referido alijamento prescinde de proibições explícitas, operando pela repetição de gestos aparentemente banais: a preterição na escolha, a hesitação, o deslocamento para funções secundárias e a escassez de expectativas pedagógicas. A sistemática de apagamento aqui descrita materializa o funcionamento normalizador do poder disciplinar postulado por Foucault (1987), no qual a norma, longe de interditar frontalmente, age distribuindo os indivíduos em uma escala de valor. Na Educação Física escolar, o ideal normativo ancora-se em

um corpo masculino, heterossexual, competitivo e eficiente – arquétipo que encarna a racionalidade hegemônica da cultura corporal (Goellner, 2003; Altmann, 2015).

A dimensão de gênero emerge como eixo central desse escrutínio, uma vez que meninas são amiúde deslegitimadas em práticas associadas à força e à agressividade, sendo percebidas como menos habilidosas mesmo ante o engajamento e a competência técnica (Andrade *et al.*, 2025). A conformação de equipes atua, portanto, como dispositivo que reafirma expectativas de gênero, inscrevendo nos corpos femininos uma pedagogia da insuficiência. Simetricamente, estudantes que tensionam as normas heteronormativas – em especial meninos que não performam a masculinidade esportivizada – convertem-se em alvos de olhares e silêncios que os posicionam como corpos deslocados (Altmann, 2015). Nesse horizonte de controle, a quadra converte-se em espaço de vigilância da masculinidade, no qual desvios do padrão hegemônico sofrem punições simbólicas mediante à ridicularização ou o alijamento (Goellner, 2003; Neira, 2011). A separação de times opera, em última análise, como um ritual simbólico de verificação da adequação corporal e identitária dos discentes.

A classe social e o acesso desigual às vivências motoras estratificam o cenário escolar, visto que discentes com restrito histórico em clubes ou espaços de lazer aportam à escola com repertórios distintos dos modelos chancelados pela lógica esportivizada (Andrade *et al.*, 2025; Carneiro *et al.*, 2025). Longe de reconhecer a diferença como ponto de partida, a conformação de equipes transmuta disparidades socioeconômicas em déficits individuais, robustecendo uma lógica meritocrática que negligencia as condições e contradições materiais subjacentes à produção das habilidades (Daolio, 1995; Bracht, 1999).

Nessa dinâmica, a Educação Física institui uma epistemologia corporal em que o conhecimento legítimo se restringe ao desempenho eficiente e mensurável, secundarizando saberes táticos, expressivos e cooperativos (Vieira, 2020). Tal assimetria compromete a justiça curricular ao delimitar o que se reconhece como aprendizagem relevante (Neira, 2011), convertendo a separação de equipes em um dispositivo que define conhecimentos dignos ou descartáveis. O processo em tela, profundamente político, produz corpos legítimos e ilegítimos, centrais e periféricos – sujeitos que contam em oposição aos que apenas ocupam espaço. Longe de ser um campo neutro, a quadra revela-se como terreno de disputas simbólicas onde normas sociais são atualizadas. Desse modo, a separação de times deixa de ser uma prática naturalizada para emergir como agente de intensificação das desigualdades, exigindo o tensionamento da lógica que transmuta diferença em hierarquia e diversidade em exclusão pedagógica.

5 A SEPARAÇÃO DE TIMES E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

A organização do trabalho pedagógico transcende o instrucionismo técnico, constituindo-se como um constructo multidimensional – epistemológico, didático, metodológico, avaliativo e ético-político (Soares *et al.*, 1992; Carneiro *et al.*, 2025).

Sob a analítica foucaultiana, esse arranjo revela-se indissociável das correlações de força que circunscrevem o espaço escolar, de modo que a divisão dos times se transmuta de mera pragmática organizativa em um dispositivo de controle. Trata-se de uma normatização silenciosa que, ao delimitar as possibilidades de intervenção, subjetiva os aprendizes e neles cristaliza marcas indelévels.

A dimensão epistemológica do trabalho pedagógico delimita as matrizes de conhecimento convalidadas pela Educação Física escolar. Quando o agrupamento de equipes se orienta pela hegemonia da proficiência e do rendimento motor, o saber institucionalizado reduz-se ao desempenho eficiente, mensurável e comparativo. Nesse cenário, o rito de escolha dos times funciona como um mecanismo de seletividade ontológica, definindo a proeminência de certas competências em detrimento de outras (Neira; Nunes, 2009; Vieira, 2022). Por conseguinte, a inteligibilidade tática, a exegese histórica das práticas corporais e a dimensão simbólico-cultural do movimento são relegadas à invisibilidade, uma vez que tais saberes não se traduzem na pragmática da vantagem competitiva.

A dimensão didática, ao articular o projeto teleológico de formação às mediações pedagógicas, vê-se comprometida quando o agrupamento de equipes engendra assimetrias de proficiência e de capital simbólico. Essa conjuntura assimétrica impõe óbices à mediação que transcendem a competência formativa (ou subjetiva) do docente, desvelando um dispositivo estruturado pela desigualdade. Enquanto discentes valorizados monopolizam a centralidade, sujeitos marginalizados manifestam retraimento ou resistência, obstruindo a horizontalidade das interações (Altmann, 2015). Por conseguinte, a indisciplina e o desengajamento não constituem idiosincrasias individuais, mas efeitos deletérios de um arranjo que distribui assimetricamente corpos e expectativas. Como preconiza Foucault (1979), as resistências emergem nos pontos de maior injunção normativa, transmutando conflitos escolares em sintomas de um dispositivo que tensiona permanentemente a alteridade pedagógica.

No plano metodológico, a reiteração assistemática de uma mesma dinâmica de agrupamento converge para a previsibilidade das aulas e para a atonia das propostas. A metodologia subordina-se a um roteiro pretensamente imutável, no qual corpos específicos são legitimados, grupos recorrentes se estratificam e conflitos cíclicos se repetem, obstruindo, inclusive, a potência formativa e a capacidade criadora inerente ao jogo (Carneiro *et al.*, 2025). A regularidade, além de exaurir a experiência discente, engendra um desgaste intersubjetivo no docente, cuja agência pedagógica é mitigada pela dependência de dinâmicas excludentes. Antecipando interdições na composição de equipes, muitos professores preterem atividades coletivas de maior densidade ou privilegiam conteúdos que atomizam o contato dialógico. O fenômeno revela um efeito colateral do dispositivo, que passa a governar o planejamento e a restringir a inovação; nesse sentido, a metodologia transfigura-se de mero conjunto técnico em um espaço de governo dos corpos e das condutas (Foucault, 1987).

A dimensão avaliativa da organização do trabalho pedagógico circunscreve a valoração e o diagnóstico das aprendizagens. Ao estruturar o agrupamento de

equipes sob o critério do rendimento, institui-se uma modalidade implícita e perene de avaliação, na qual os corpos são submetidos a um escrutínio ininterrupto, comparados e estratificados. Essa sistemática difusa opera à margem de instrumentos formais, fundamentando-se em uma vigilância normalizadora que transfigura a escolha de times em um exame reiterado. O rito define, de modo arbitrário, a proficiência ou a irrelevância discente, à revelia dos propósitos pedagógicos almejados. Consequentemente, vetores essenciais – como o pertencimento, o reconhecimento da alteridade e a exegese crítica das práticas corporais – tornam-se ininteligíveis ou negligenciados, enquanto a avaliação ratifica a ontologia da comparação em detrimento de uma formação humana voltada à autonomia (Daolio, 1995; Neira, 2011).

A dimensão ético-política do trabalho pedagógico concerne à axiogênese – isto é, à produção e circulação de valores que orientam as formas de relação, julgamento e reconhecimento no âmago da prática pedagógica. Esse horizonte compreende, igualmente, as matrizes de alteridade constituintes da ação docente, as quais fundamentam as bases éticas do fazer educativo. O agrupamento de equipes, operando como dispositivo normalizador, engendra subjetividades vinculadas a estratificações corporais: de um lado, sujeitos competitivos sob a égide do desempenho; de outro, corpos dóceis, resignados à exclusão. Essa arquitetura de si colide com os pressupostos de justiça social e equidade ao naturalizar a assimetria como axioma do jogo, ratificando relações de poder desiguais como contingências inexoráveis (Carneiro *et al.*, 2025). Sob a ótica foucaultiana, a governamentalidade atinge seu ápice de eficácia mediante a interiorização da norma, processo no qual a subjetividade transfigura-se em simulacro de imperativos heterônomos, ressaltadas as potências de insurreição. Ao obliterar as condicionantes socioculturais das diferenças e legitimar o êxito como responsabilidade estritamente individual, a lógica meritocrática converte a quadra em *locus* de reprodução hierárquica, inviabilizando-a como laboratório de práxis democrática.

A exegese dos efeitos da separação de equipes na organização do trabalho pedagógico reitera a premência de tensionar práticas sedimentadas, problematizando os vetores pelos quais a Educação Física estrutura a subjetivação discente. Colocar em perspectiva o sentido político da aula implica afirmar a disciplina como território de investigação crítica da cultura corporal, em oposição à sua reiteração acrítica. Ao perscrutar a composição de times como dispositivo, o exame desenvolvido desloca o debate de soluções meramente técnico-normativas para o campo da analítica do poder. Não se alvitra, portanto, a substituição de uma gramática “errônea” por outra pretensamente fidedigna, nem a prescrição de protocolos universais.

Sob a ótica analítica aqui delineada, a questão central reside na produção de deslocamentos e na abertura de linhas de fuga que desestabilizem a liturgia das práticas escolares, fomentando insurgências criativas no cerne do dispositivo pedagógico. Foucault (1979, 1987) adverte que a onipresença do poder pressupõe a imanência da resistência – não enquanto exterioridade ou negação absoluta, mas como vetor constituinte das próprias relações de força. Nesse prisma, as estratégias ora delineadas configuram-se como contradispositivos pedagógicos: táticas de intervenção na capilaridade do cotidiano voltadas a desestabilizar efeitos

normalizadores, desvelar jogos de verdade e expandir os horizontes de subjetivação e agência dos estudantes.

Um dos gestos de ruptura mais potentes reside em destituir a separação de equipes de sua condição de técnica invisível, alçando-a ao cerne do debate pedagógico. Ao problematizar os critérios de seleção, as afetações subjetivas e os efeitos decorrentes dessa dinâmica, o docente transfigura um gesto naturalizado em objeto de exegese crítica. Interpelações relativas à lógica das escolhas, à primazia de determinados corpos e às repercussões formativas do escrutínio dos pares deslocam o agrupamento da esfera da eficiência organizacional para o campo da analítica das relações de poder. Trata-se de um gesto foucaultiano por excelência, pois confere visibilidade às normas que operam silentes, permitindo que sejam inquiridas e tensionadas. Essa problematização rompe com a naturalização da hierarquia corporal, fomentando a compreensão de que a composição dos grupos não deriva de contingências ou aptidões inatas, mas de constructos sociais pedagogicamente ratificados.

Outra linha de fuga fecunda reside em transmutar o foco do desempenho, enquanto eixo organizador da aula, para a experiência corporal compreendida como linguagem e produção de sentido. Ao expandir o horizonte dos saberes na Educação Física, o docente rompe com a epistemologia normalizadora que vincula a legitimidade pedagógica estritamente à eficiência motora ou ao desempenho esportivo. Logo, a constituição de grupos discentes pode ser reconfigurada por critérios que privilegiem múltiplas dimensões das vivências: a alteridade cooperativa, a exegese do jogo, a criatividade expressiva e a ética do cuidado. Ao priorizar a experiência e a semântica corporal, a disciplina viabiliza que estudantes historicamente subalternizados pela métrica da performance alcancem novos regimes de pertencimento, desestabilizando a gramática que transmuta a diferença em déficit.

Enquanto contradispositivo, a diversificação deliberada das dinâmicas de agrupamento opera como estratégia de resistência às hierarquias cristalizadas. Contudo, tal pluralidade não se esgota na mera variação técnica; configura-se como um gesto político-pedagógico orientado à desestabilização de papéis, posições e identidades corporais fixadas. Ao alternar critérios, promover associações provisórias e hibridizar saberes, o docente desarticula a estabilidade do dispositivo, engendrando fendas para novos regimes de alteridade. Essas brechas não aniquilam o poder, mas o tornam instável, menos vaticinável e, por conseguinte, permeável à contestação e à invenção de si.

Outro eixo fundamental de deslocamento reside na dimensão avaliativa. Em vez de ratificar a avaliação implícita do desempenho, o docente pode estruturar processos que legitimem a reflexão, a cooperação e o engajamento crítico. A avaliação, nesse contexto, abdica da função de exame disciplinar – cujo escopo é a normalização e o ranqueamento – para operar como espaço de produção de sentidos sobre a experiência. Práticas de autoavaliação e heteroavaliação permitem que os estudantes realizem um exame de seus percursos, afetos e aprendizagens, conferindo visibilidade a dimensões da aula que permanecem silenciadas quando o

foco se restringe ao resultado técnico (Darido, 2012). Essa inflexão rechaça a premissa meritocrática e consagra uma perspectiva formativa, alinhada a uma Educação Física comprometida com a emancipação cultural dos sujeitos (Neira, 2011).

Em última instância, o encadeamento destas estratégias projeta a Educação Física como um território de insurgência, refratário aos mecanismos de assujeitamento e às tecnologias de docilização do corpo. O tensionamento de ritos naturalizados fomenta a constituição de sujeitos aptos a inquirir as relações de força que perpassam a vida social. Conforme postula Foucault (1987), governar de outro modo exige engendrar condições para que o indivíduo ascenda ao governo de si. Ao transmutar o agrupamento de equipes em exegese crítica, a disciplina abdica da reprodução de desigualdades para instituir-se como laboratório democrático, no qual a diferença é reconhecida como potência (Vieira, 2022). Longe de prescrever soluções, os contradispositivos pedagógicos operam como provocações analíticas destinadas a abrir fissuras no cotidiano, afirmando a escola como campo de invenção e produção de outros modos de existência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: TORNAR VISÍVEL O DISPOSITIVO PARA DISPUTAR A AULA

A reflexão desenvolvida tomou como objeto uma prática cotidiana da Educação Física escolar – a separação de equipes – para evidenciar que o gesto aparentemente técnico ou organizacional encerra um dispositivo pedagógico potente, articulador de hierarquias e modos de subjetivação. A suspensão da intencionalidade individual em favor da análise da funcionalidade prática permitiu desvelar como a dinâmica de escolha de times opera na produção de corpos legítimos e ilegítimos, centrais e periféricos, visíveis e descartáveis no território da aula.

A exegese foucaultiana permite compreender a separação de equipes como ritual disciplinar que amalgama saber, poder e corpo, funcionando enquanto tecnologia de classificação e governo das condutas. Longe de ser mero reflexo de disparidades sociais preexistentes, a Educação Física – via reiteração de ritos seletivos – inscreve assimetrias nas subjetividades, naturalizando-as sob a semântica da habilidade ou do mérito. Institui-se, de modo silencioso, uma pedagogia do aparecimento: define-se quem protagoniza o espaço, quem ocupa a espera e quem antecipa a própria exclusão pelo autorrecolhimento.

Distante de prescrever manuais ou modelos universais, as estratégias de deslocamento aqui articuladas funcionam como contradispositivos pedagógicos voltados à interrogação do cotidiano. A centralidade do argumento repousa na problematização: o ato de desnaturalizar normas silentes e publicizar critérios organizadores para viabilizar outros modos de subjetivação e experiência corporal. A análise ultrapassa a variação de métodos para situar-se no campo do tensionamento ético-político sobre os objetivos da Educação Física escolar.

Diante da necessidade de ruptura, o agrupamento de estudantes abdica da logística trivial para tornar-se campo de experimentação ética. A problematização

da escolha de times oferece o substrato necessário para discutir pertencimento e alteridade, municiando o sujeito com ferramentas para interpelar as hierarquias que atravessam a vida pública. O horizonte almejado não reside na supressão do conflito ou na homogeneização dos corpos, mas na interrupção da metamorfose que transmuta a diferença em desigualdade legítima.

Por fim, o trabalho empreendido pretende contribuir para o adensamento do debate crítico na Educação Física escolar ao perscrutar uma prática tão recorrente quanto subteorizada. Ao evidenciar que a quadra constitui não apenas espaço de movimento, mas território de governo dos corpos e das subjetividades, reafirma-se a premência de conceber a disciplina como arena de disputa epistemológica, pedagógica e política. Conferir visibilidade ao dispositivo representa o passo inaugural para a desestabilização de suas engrenagens – prelúdio mandatário para a invenção de outras formas de estar, mover-se e aprender coletivamente na escola.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Educação Física escolar**: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.

ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gênero na prática docente em educação física: "meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar"? **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 491–501, maio 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/p8cj4Xpntfdhx4ncS8ZLJwj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2026.

ANDRADE, Luciene de Aguiar *et al.* Futsal de meninas em uma escola pública do Sul de Minas Gerais: (im)pertinências, desafios e resistências. **EDUCA: Revista Multidisciplinar em Educação**, v.12, p. 1-24, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/7940/3573>. Acesso em: 26 jan. 2026.

BRACHT, Valter. **Educação Física & ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Unijuí, 1999.

CARNEIRO, Kleber Tüxen *et al.* **Competitividade nas aulas de Educação Física**: das concepções à organização do trabalho pedagógico. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. E-book. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/livro/competitividade-aulas/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papirus, 1995.

DARIDO, Suraya Cristina. A avaliação da educação física na escola. *In*: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pro-Reitoria de Graduação. **Caderno de formação**: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. v. 16, p. 127-140.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 225–233.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, maternal e feminina**: imagens da mulher na Educação Física. Ijuí: Unijuí, 2003.

GOMES, Nathália Chaves; MORENO, Márcia Orlando; ALTMANN, Helena. As relações de gênero no ensino fundamental I: uma análise da produção acadêmica em educação física. **Conexões**, v. 10, n. 3, p. 1–30, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v10i3.8637652>

NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física cultural**: princípios e práticas. São Paulo: Phorte, 2011.

NEIRA, Marcos Garcia; NUNES, Mário Luiz Ferrari. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, Rubens Antonio Gurgel. **Conceitos em torno de uma Educação Física menor**: potencialidades do currículo cultural para esquizoaprender como política cognitiva. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2020.1128733>

VIEIRA, Rubens Antonio Gurgel. **Educação Física menor**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

VIEIRA, Rubens Antonio Gurgel; CARNEIRO, Kleber Tüxen; SCAGLIA, Alcides José. Ensino de esportes na Educação Física escolar: das marcas da modernidade aos desafios contemporâneos. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 30, n. 2, p. 1-16, 2025. DOI: <https://doi.org/10.18316/recc.v30i2.12523>

Abstract: This article examines the selection of teams in school Physical Education classes as an ordinary pedagogical practice that operates as a device for normalization and the production of subjectivities. Grounded in Foucauldian analytics of power, the study adopts an essayistic and qualitative character, mobilizing systematized observations from formative experiences in a Physical Education teacher education program. It argues that the choice of teams, often treated as a neutral technical procedure, acts as a capillary technology for governing bodies, instituting hierarchies, regimes of visibility, and processes of symbolic exclusion. The reflections indicate that this dynamic reinforces inequalities of gender, class, and motor capital, naturalizing obligatory performances and producing both docile bodies and micropolitical resistances. It concludes that making this device visible is a fundamental condition for contesting the pedagogical meaning of the lesson, expanding the possibilities for critical reflection and reinvention of bodily practices in the school context.

Keywords: Physical Education. Teaching. Biopolitics. Power.

Resumen: Este artículo examina la selección de equipos en las clases de Educación Física escolar como una práctica pedagógica ordinaria que opera como un dispositivo para la normalización y la producción de subjetividades. Fundamentado en el análisis de Foucault sobre el poder, el estudio adopta un carácter ensayístico y cualitativo, movilizand observaciones sistematizadas de experiencias formativas en un curso de formación docente en Educación Física. Argumenta que la elección de equipos, a menudo tratada como un procedimiento técnico neutral, actúa como una tecnología capilar para el gobierno de los cuerpos, instituyendo jerarquías, regímenes de visibilidad y procesos de exclusión simbólica. Los resultados de las reflexiones indican que esta dinámica refuerza las desigualdades de género, clase y capital motor, naturalizando las performances obligatorias y produciendo tanto cuerpos dóciles como resistencias micropolíticas. Se concluye que hacer visible este dispositivo es una condición fundamental para cuestionar el sentido pedagógico de la clase, ampliando las posibilidades de reflexión crítica y reinención de las prácticas corporales en el contexto escolar.

Palabras clave: Educación Física. Enseñanza. Biopolítica. Poder.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

Os autores declararam que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

AUTHOR CONTRIBUTIONS

Andréa de Oliveira Barra: Conceituação; Investigação; Metodologia; Redação e Escrita.

Rubens Antonio Gurgel Vieira: Conceituação; Investigação; Metodologia; Redação e Escrita.

Kleber Tüxen Carneiro: Conceituação; Investigação; Metodologia; Redação e Escrita.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado sem o apoio de fontes financiadoras.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

COMO REFERENCIAR

BARRA, Andréa de Oliveira; VIEIRA, Rubens Antonio Gurgel; CARNEIRO, Kleber Tüxen. Seleção de times nas aulas de Educação Física escolar: do panóptico da quadra à microfísica da escolha. **Movimento**, v. 32, p. e32036, jan./dez. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.153502>.

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Ileana Wenez**

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.